

AS MARCAS LINGUÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO DE CRISTOVAM BUARQUE SOBRE A INTERNALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Wenderson Pinto Farias (UNINORTE)

wendersonf@yahoo.com

Maria Francisca Morais de Lima (IFAM/CMZL)

afranlima@yahoo.com.br

Introdução

Um dos grandes nomes da linguística textual, Jean-Michel Adam, vem desenvolvendo um estudo que traz um enfoque bastante abrangente do texto e de seus procedimentos de análise. Adam (2008) aproxima texto de discurso, apresentando uma teoria em que ambos são pensados de forma articulada.

Em uma de suas obras mais recentes “A Linguística Textual: introdução à análise dos discursos” (2008), Adam defende, de maneira bastante detalhada, a composição de texto, a partir das Sequências Textuais que são tidas como redes relacionais e hierárquicas cujas partes podem ser identificadas e decompostas por serem também relativamente autônomas.

Nesse contexto, um texto pode ser composto por um número de sequências diferentes, interligadas de acordo com a necessidade composicional da produção, num dado momento da enunciação. De acordo com Adam (2008), os tipos prototípicos de sequências textuais são cinco: narrativa, explicativa, dialogal, descritiva e argumentativa. Importante se faz dizer que não se pode confundir a noção de sequência com a noção de tipos de texto, uma vez que as sequências são como fragmentos de textos que apresentam características linguístico estruturais constantes. Já a tipologia de texto considera o texto em sua totalidade a partir de suas características tipológicas dominantes.

Neste trabalho, pretendemos nos deter na exploração da sequência Argumentativa e os marcadores argumentativos, apontando suas características e estrutura. E, a partir da definição destas sequências, vamos analisar um texto, que fala sobre um debate numa universidade dos Estados Unidos onde o Ministro da Educação na época, Cristovam Buarque foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia (ideia que surge com alguma insistência nalguns setores da sociedade americana e que muito incomoda os brasileiros). Tal pergunta foi feita por um jovem americano que disse esperar a resposta de um humanista e não de um Brasileiro.

Este artigo está dividido em duas seções centrais: na primeira, apresentamos alguns apontamentos teóricos acerca da noção de sequência textual, abordando especificamente as características e as marcas linguísticas (operadores argumentativos) da sequências aqui trabalhada – a argumentativa. Na segunda seção, apresentamos a análise das sequências aqui abordadas. E, por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito da teoria de Adam e principalmente da análise textual apresentada.

Sobre a noção de sequência textual

Adam (2008), seus estudos, aproxima linguística textual da análise do discurso

francesa, mostrando o texto como um objeto articulado e determinado pelo discurso. Apontando assim, como campo de estudo do texto, não somente os mecanismos linguísticos de textualização, mas também as práticas discursivas, ou seja, Adam propõe uma análise “pragmático-textual”.

Ao se referir aos mecanismos de textualização, Adam apresenta a noção de “Sequências Textuais”, que são definidas como um conjunto de proposições- enunciados - unidades mínimas produzidas no ato da enunciação - que se estabilizam como recurso composicional dos vários gêneros. A delimitação de uma sequência textual é facilitada pelo fato desta ser relativamente estável, mesmo que em muitas produções apareça de modo heterogêneo. Uma sequência é uma estrutura, que apresenta uma rede relacional hierárquica, analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem. É caracterizada ainda por ser uma entidade relativamente autônoma, que possui uma organização interna e que aparece numa relação de interdependência com as partes do texto do qual pertence.

As sequências são marcadas linguisticamente e cada uma possui suas características típicas que possibilitam sua identificação no texto cujas atualizações dependem das necessidades apresentadas pelo enunciado, sendo assim, um texto pode apresentar mais de um tipo de sequência, no entanto uma delas será dominante, por apresentar uma força textual maior.

Faz necessário salientar ainda a diferença entre sequência e gênero. Bonini (2005), ao fazer uma leitura de estudos anteriores de Adam, explica que:

A diferença fundamental da sequência em relação ao gênero é sua menor variabilidade. Os gêneros marcam situações sociais específicas, sendo essencialmente heterogêneos. Já as sequências, como componentes que atravessam todos os gêneros, são relativamente estáveis, logo mais facilmente delimitáveis em um pequeno conjunto de tipos (uma tipologia).

As sequências são divididas em cinco tipos: narrativa, explicativa, dialogal, descritiva e argumentativa. Para fins de análise, abordaremos somente a sequência descritiva e a argumentativa, por considerarmos que estas sequências são recorrentes no gênero textual escolhido.

Sequência argumentativa: sua estrutura

Argumentar, numa definição clássica, consiste em utilizar-se dos recursos linguísticos para convencer o interlocutor de uma ideia. Ducrot (apud ADAM, 2008) diz que o objetivo de uma argumentação é demonstrar ou refutar uma tese e para isso o locutor parte de premissas, nem sempre explícitas.

Pode-se dizer então, que a argumentação se estrutura em dois aspectos: demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou argumento de uma ideia adversa. E adotando essa concepção podemos dizer que um discurso argumentativo se estabelece na relação com um contra discurso, seja efetivo ou virtual. E, ao argumentar, o locutor procura subsídios na língua para convencer o seu interlocutor a aceitar a sua tese e desconsiderar a tese que se opõe a sua.

Convém ressaltar também, que a argumentação lida com questões polêmicas, que possuem diferentes pontos de vista (mais de uma posição), por isso que este tipo de sequência se estabelece, muitas vezes, a partir da contraposição a uma tese já apresentada ou subentendida.

Levando em conta esses dados, Adam propõe demonstrar dois níveis de argumentação o justificativo e o dialógico contra-argumentativo. O primeiro nível compreenderia ao período argumentativo 1 (exposição de fatos, dados que desencadeiam a

discussão) somado ao período argumentativo 2 (Apresentação da argumentação), mais o período argumentativo 3 (Apresentação da conclusão, que traz uma nova tese). Neste nível de argumentação, o interlocutor não é levado em conta, praticamente, a estratégia argumentativa está nos conhecimentos colocados. O segundo nível compreenderia ao período argumentativo 0 (tese anterior que, muitas vezes, aparece implícita) e o período argumentativo 4 (refutação da tese anterior). Neste nível, a argumentação é negociada com um contra argumentador real ou potencial. Há então uma maior interação com o interlocutor, com o intuito de transformar conhecimentos.

O protótipo de sequência argumentativa de J. M. Adam

Em seu sentido mais geral, argumentar é uma estratégia discursiva que permite lançar mão de uma tese direcionada a “um outro” com a principal função de convencimento. Ao comunicarmos, fazemos relações e buscamos pontes ou estabelecer redes de ideias, retomando informações com o intuito de construir uma representação e dividir opiniões com nosso interlocutor, provocar uma adesão ao nosso pensamento ou convencer frente ao um dado tema. Ao falar ou ao escrever, utilizamos a língua de forma a encontrar seu valor no meio sociodiscursivo em que estamos inseridos, um ambiente em que a língua não se concretiza somente com frases, mas com enunciados com valor argumentativo ou nas palavras de Adam (1997), fazemos alusão a um mundo fictício ou real com o intuito de construir uma representação que dividirá espaço com outras opiniões sobre determinado assunto.

Segundo Adam (2004), todo enunciado carrega em si uma carga argumentativa e pode também requerer credibilidade e aceitabilidade junto aos participantes do discurso (afirmação/conclusão). Em seu percurso, observa-se que o autor se utiliza de vários conceitos de Ducrot (1987), principalmente ao falar da sequência argumentativa, entre os quais os envolvidos na enunciação tais como locutor, enunciador, e principalmente os de frase e enunciado, retomados em Adam (2008).

Enunciados argumentativos se apoiam em um fato ou tese ou sobre outro enunciado (argumento dado anteriormente). A argumentação é, segundo Adam (2004), uma operação extremamente utilizada no discurso, podendo assim ser confundida ou até mesmo relacionada a outras sequências. Entretanto, a sequência argumentativa é um tipo de estrutura que apresenta determinadas particularidades prototípicas que a diferenciam de sequências como a narrativa e a explicativa. Tais aspectos fazem do texto argumentativo base para artigos de jornal, revistas, discursos políticos e publicitários, meios de comunicação em que se pretende vender ou transmitir uma ideia.

Para o autor, as sequências argumentativas evidenciam dois movimentos: demonstrar e/ou justificar uma tese e refutar outras teses ou argumentos adversos. Em ambos os casos, parte-se de premissas em que se deve admitir determinada conclusão ou afirmação. Em outras palavras, somos tomados por trâmites argumentativos que nos fazem apresentar uma posição frente a uma tese inicial, essa posição é mediada por fatos, argumentos/provas.

Adam (2004) se apoia no princípio dialógico de Moeschler (1985 *apud* ADAM, 2004) em que um discurso argumentativo se estabelece sempre com relação a um contra discurso efetivo ou virtual em que defender uma determinada tese, isso o leva sempre a entrar em contradição com outras conclusões. Nesse âmbito, não se cria somente uma polêmica ao entrar em acordo ou desacordo com alguém, mas se toma posse de uma posição contra-argumento. Esse fato é uma característica fundamental da argumentação que, para esse autor, a distingue nitidamente da demonstração ou da dedução que, em um dado sistema, são irrefutáveis.

Adam (1997) propõe alguns esquemas prototípicos de sequência argumentativa baseados em características gramaticais, pragmáticas e semânticas. Os esquemas apresentam

como características centrais três aspectos: dados ou premissas, inferências ou princípios de apoio e conclusões, conceitos próximos aos apresentados por Ducrot.

Segundo Adam (1997), a premissa estabelecida em “os homens apreciam as mulheres que têm mãos suaves”, por exemplo, leva à conclusão que toda mulher que tem mãos suaves é apreciada pelos homens. Sendo assim, a proposição “a marquesa tem as mãos suaves” levaria de certa forma a uma conclusão.

Em sua discussão, Adam (1997) não deixa de lado uma questão que apresenta como importante desde o início de sua discussão sobre as sequências, o princípio dialógico explicitado no exemplo. Pelo contrário, a sequência argumentativa de Adam apresentada acima se mostrou interessante quanto a ser uma ferramenta de análise para textos publicitários, ou até mesmo a ser empregada no ensino de uma forma geral. Os pontos de vista expressos a respeito da forma como os elementos podem ser organizados para se chegar ou se produzir uma determinada conclusão, do ponto de vista publicitário, tornam o esquema ainda mais importante e aliado à noção de *topos* ainda mais completo. Assim, dizer que a argumentação pode ser determinada pelo enunciado em razão de um *topos*, afigura-se como interessante nesse momento em que os dois autores parecem se completar ao passo que Adam não deixa bem claro como os dados permitem chegar a uma conclusão, marcando esse fato pelas inferências implícitas e explícitas.

Enfim, uma sequência argumentativa se produz a partir de elementos linguísticos e extralinguísticos, uma vez que ao analisar o sentido de uma sequência deste tipo é preciso levar em conta o que é dito e a relação deste dito com o que, muitas vezes, aparece implícito no discurso.

Marcas Linguísticas: os mecanismos de que a língua dispõe para indicar a orientação argumentativa

Sabemos que na fala ou na produção escrita de um texto, o discurso que produzimos está, de alguma forma, intencionado em estabelecer um contrato com o interlocutor na tentativa de fazer com que o outro compartilhe de nossa opinião. Koch (2004) enfatiza que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, ou seja, buscamos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa por meio de marcas linguísticas. Para tal, utilizamos os operadores argumentativos que fazem parte da gramática da língua e têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção para o qual apontam, dessa forma, os operadores argumentativos direcionam o enunciatário para que percorra o caminho indicado pelo enunciador dentro de um enunciado. Dentre os operadores, há palavras de diferentes classes gramaticais, entre elas, destacamos as conjunções, pois a grande maioria dos operadores são conjunções, embora nem toda conjunção funcione como operador discursivo, podendo atuar como mero conectivo, ainda que todo elo coesivo deva ser considerado como elemento de fundamental importância na organização textual.

O estudo sobre os operadores argumentativos e uma leitura compreensiva das relações entre os períodos favorecem ao leitor o reconhecimento das manobras discursivas realizadas pelo emissor. Desse modo, ele usufrui melhor a leitura de textos e, conseqüentemente, adquire maior enriquecimento cultural e social. Guimarães (2007) observa que, nas gramáticas escolares, os estudos referentes às conjunções limitam-se apenas a repetir a classificação dessas em coordenativas e subordinativas, ou seja, apresentam-se vazias de qualquer reflexão sobre a língua em exercício como atividade discursiva. O autor acrescenta ainda que nas construções estabelecidas pelas conjunções, estas têm por finalidade não somente ligar orações, mas manter e/ou opor a orientação argumentativa, articulando o argumento para uma conclusão.

Infante (1996) reconhece que, ao atuarem como elementos de ligação entre termos de uma oração ou entre orações, as palavras, como por exemplo, “e” e “ou”, exercem seu papel básico: são conjunções. Embora, além de conectarem partes de orações ou unirem orações umas às outras, essas palavras podem atribuir um sentido à relação que estabelecem, indicando noções como “adição” ou “exclusão”, isto é, deixam de indicar relações para passar a exprimir o sentido pleno dessas relações.

Por ter ciência da grande importância desses elementos para a força argumentativa de textos, nossa proposta é exemplificar as conjunções presentes no discurso do gênero editorial e observar o modo pelo qual elas agem na organização de textos desse gênero no sentido de indicar uma orientação argumentativa. Para tanto, enfocaremos as conjunções ‘porque’, ‘até’, ‘e’, ‘mas’, ‘pois’, ‘não apenas... mas também’, ‘ainda que’, ‘porém’, ‘que’ e ‘também’, ‘mesmo’, ‘já’, ‘como’, ‘além de’, ‘ainda’, e ‘contudo’.

Destacamos os operadores mais utilizados dentro da linguagem política e o primeiro grupo de operadores analisados são os que estabelecem a hierarquia dos elementos em uma escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão: mesmo, até, até mesmo, inclusive, nem. A utilização desses operadores está relacionada à busca da mudança de opinião do interlocutor (pode ser utilizado também como confirmação, ratificação ou ênfase em enunciados); introduz argumentos decisivos de persuasão de acordo com a finalidade pretendida. A gramática normativa sequer cita o operador ‘mesmo’ como um elemento linguístico que liga elementos entre si. Porém o operador “mesmo” funciona como elemento fundamental para a argumentação nas situações descritas, uma vez que se torna elemento decisivo para a confirmação da verdade ou do que está sendo afirmado. Para Koch (2008), argumentos encadeados por esses operadores costumam ser orientados em um mesmo sentido e normalmente possuem valor aditivo, mas podem evidenciar relações de outras conjunções.

Alguns desses operadores também se destacaram na matéria analisada. Estes operadores reúnem argumentos que têm a mesma força argumentativa e encadeiam nos enunciados proposições que não anulam uma a outra (se uma oração é verdadeira a outra também será, se a oração for falsa, a outra também será). Porém, foi possível encontrar algumas relações estabelecidas por esse operador que não são de adição e sim de contraste. O operador apresenta valor de ‘mas’, contrapondo o que fora exposto nos enunciados anteriores.

O terceiro grupo é marcado pelo operador ‘ainda’ que pode servir como marcador de excesso temporal, não temporal, ou como introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão. Esse operador mostra-se responsável pela introdução de um argumento mais forte e decisivo, um mecanismo persuasivo que visa à adesão do leitor à informação exposta pelo jornal, reforçando o argumento anteriormente exposto. Direcionaremos agora nossa atenção para o operador ‘já’. A presença desse operador denota uma mudança de estado, aponta para o sentido de oposição entre as relações e evidencia também um caráter temporal.

Também evidenciamos o ‘já’ com valor contrastivo, estabelecendo mesma relação que o operador ‘mas’, pois contrapõe argumentos contrários, opondo semanticamente uma proposição a outra, caracterizando um jogo de direções argumentativas contrárias. O próximo grupo de operadores são utilizados como introdutores de um argumento decisivo, apresentado como um acréscimo, são eles o ‘além de’, ‘aliás’, ‘além do mais’, ‘além de tudo’, ‘além disso’, ‘ademais’. Guimarães (2007) assinala que o uso do ‘além de’ serve como um encadeamento de argumentos orientados no mesmo sentido (assim como o operador e já explicitado). Esse operador sequer é considerado por gramáticos como conjunção. Para nós, o operador tem força expressiva, mas diferentemente do ‘até mesmo’ o ‘além de’ não constitui uma diferença de força argumentativa, o que nos permite concordar com Guimarães (2007, p.

98) ao dizer que o “além de tem a mesma função de constituir argumentos de mesma força, situando ambos os enunciados em um mesmo ponto da escala”, assim como o além disso.

Análise do Corpus

Os operadores argumentativos são elementos linguísticos que fornecem informações e, ao mesmo tempo, funcionam como instrumentos de argumentação do enunciador, evidenciando a poderosa força que eles transmitem. O discurso político utiliza de recursos argumentativos, como os operadores argumentativos, na construção de seu texto, manipulando tais instrumentos a fim de convencer o consumidor. “A palavra deixa de ser meramente informativa e é escolhida em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada” (CARVALHO, 1996, p. 18). Abaixo o texto na íntegra:

Resposta de Cristovam Buarque a um jovem americano que fez a pergunta dizendo que esperava a resposta de um humanista e não de um Brasileiro. Isto aconteceu durante um debate numa universidade dos Estados Unidos onde o Ministro da Educação CRISTOVAM BUARQUE, naquela ocasião, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia (ideia que surge com alguma insistência nalguns setores da sociedade americana e que muito incomoda os brasileiros). Este discurso foi publicado num site português.

De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso.

Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também a de tudo o mais que tem importância para a humanidade.

Se a Amazônia, deve ser internacionalizada só sob uma ética humanista, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro... O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não seu preço.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. E a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada Pela vontade de um dono ou de um país.

Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais.

Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros a volúpia da especulação.

Por isso, antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo.

O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural Amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país.

Não faz muito tempo, um milionário japonês, decidiu enterrar com ele, um quadro de um grande mestre.

Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado. Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA.

Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada.

Ou Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada Cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro.



Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos também todos os arsenais nucleares dos EUA. E, até porque, eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.

Nenhum de seus debates, os actuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida.

Começemos usando essa dívida para garantir que cada criança do Mundo tenha possibilidade de COMER e de ir à escola.

Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como património que merece cuidados do mundo inteiro.

Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um património da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar, que morram quando deveriam viver.

Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa!



Abaixo iremos fazer uma análise a partir dos operadores argumentativos mais incisivos que perpassam o discurso do Cristovam Buarque.

Nenhum – este operador funciona numa escala que se orienta para a negação total ou plena, é capaz de dar sequência ao discurso. No enunciado “Nenhum de seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida.”, notamos que o operador “nenhum” contribui, fortemente, para a persuasão. Ao esse trecho do discurso, o leitor é levado a dar sequência à sua leitura para adquirir o conhecimento completo e descobrir porque Buarque garante vantagens sobre qualquer outro, pois nenhum oferece o que a Amazônia oferece. Por meio do operador argumentativo, o discurso convence o leitor da importância da Amazônia como fonte de riqueza natural e não dogma financeiro.

Por isso – segundo Guimarães (2007), as gramáticas do português consideram *logo*, *portanto*, *por isso*, *então* conjunções conclusivas porque estabelecem relação de conclusão entre a oração antecedente e a conseqüente, ou seja, o que se diz na segunda é conclusão do que se diz na primeira. Como já exposto nesse trabalho, a Sequência Argumentativa resgata tais elementos da gramática normativa e os classifica, neste caso, como operadores argumentativos que “introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores” (KOCH, 2007). No texto analisado – “Por isso, antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo.” – a relação entre esta conclusão e os argumentos expostos anteriormente; mostra o cuidado e a valorização da Amazônia, a necessidade de um cuidado com este patrimônio humano.

E – a gramática normativa considera o *e* como uma conjunção coordenativa aditiva, ou seja, geralmente tem a função de somar elementos, sem acrescentar qualquer outro significado. Porém, em um nível discursivo, é denominado operador argumentativo que, de acordo com o contexto, pode transmitir efeitos de sentido diferentes. No discurso do ministro, encontramos o operador em “E, até porque, eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.” Neste caso, ocorre a soma de argumentos a favor de uma mesma conclusão, isto é, argumentos que fazem parte de uma mesma classe argumentativa, pois contêm a mesma força argumentativa.

Ou - em um nível gramatical, *ou* é classificado como uma conjunção coordenativa alternativa, podendo surgir isolada ou em par. Discursivamente, é classificado como operador

que introduz argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas. No discurso analisado, o operador **ou** introduz argumento alternativo que leva a uma conclusão do tipo inclusivo – “Ou Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade”.

Como – gramaticalmente, o operador argumentativo **como** é classificado como conjunção subordinativa comparativa, que estabelece relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão. Na argumentação de Burke, encontramos uma comparação entre dois elementos ligados pelo operador **como**: “Não se pode deixar esse património cultural, como o património natural Amazónico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país”.

Até porque – este operador assinala o elemento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão. No texto “até porque, eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil”. O operador até contribuiu fortemente com a persuasão, já que, atualmente, a necessidade de enfatizar a importância para o mundo é fundamental e, realmente, um fator importante para ser colocado como o argumento de força maior.

Aliás – também introduz um argumento adicional a um conjunto de argumentos já enunciados, mas o faz de maneira diferente. Segundo Koch (2007): [...] ele é apresentado como se fosse desnecessário, como se trata de simples “lambuja”, quando, na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo, com o qual se dá o “golpe final”, resumindo ou coroando todos os demais argumentos. O argumento decisivo, que persuade de maneira imediata o leitor, é o fato de que, ao escolher o a preservação da Amazônia, automaticamente, há a contribuição para o mundo que tem o dever da respeitabilidade internacional no combate do desmate da Amazônia.

Só – operador argumentativo que transmite o efeito de sentido de não restrição. Os benefícios não se restringem apenas ao brasileiros amazônidos que habitam esta fonte de riqueza – “Se a Amazônia, deve ser internacionalizada só sob uma ética humanista, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro...”.

Conclusão

Pelos exemplos apresentados, fica claro que, os elementos de coesão textual são, simultaneamente, recursos essenciais para o direcionamento discursivo. Dessa forma, a argumentação visa obter adesão daqueles a quem se dirige e procura influenciar, tem a intenção de desencadear nos ouvintes e leitores a ação pretendida ou criar neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno e, assim, caracteriza-se como um ato persuasivo.

Nessa análise foi possível evidenciar que mesmo que o discurso relata fatos e que se propõe imparcial, apresenta uma presença considerável de operadores argumentativos. É justamente nessa relação entre discurso e operadores argumentativos que se pode apreender a formação ideológica que subjaz à determinada formação discursiva e de que o texto analisado se vale para convencer no uso dos recursos que utiliza.

Embora o corpus analisado neste artigo seja composto por ideias supostamente neutras, os operadores argumentativos evidenciam força e direcionamento argumentativo no texto analisado, marcado na dependência dos marcadores argumentativos, o que nos permite afirmar que a linguagem política não está isento de argumentatividade, elemento essencial para a constituição da enunciação.

Referências Bibliográficas

_____. **A linguística textual:** introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Une approche textuelle de l'argumentation: "schéma", séquence et phrase périodique. In: DOURY M, MOIRAND S (eds.) **L'Argumentation aujourd'hui**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 77-102, 2004.

_____. **Les textes :** types e prototipes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue. Paris : Nathan, 1997.

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean- Michel Adam. In: MEURER, J. L., BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs). **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade:** a linguagem da sedução. São Paulo. Ática, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e Argumentação:** Um estudo das conjunções do Português. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

INFANTE, Ulisses. **Curso de Gramática Aplicada aos textos.** 5. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A Inter-ação pela linguagem.** 10. ed. São Paulo, Contexto, 2007.

